



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO PROJETO DE LEI N. 922/2020

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 29/11/2021
HORA: 13:51:27

1. RELATÓRIO

Vêm à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, seis Emendas ao Projeto de Lei n. 922/2020, que “Consolida legislação sobre homenagens no Município de Belo Horizonte”.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 922/2020, de autoria da Comissão especial de Estudo - racionalização do estoque de normas - foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 1, 2, 3, 4, 5, e 6, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda n. 1, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça, é uma Emenda Substitutivo que visa harmonizar o Projeto de Lei de acordo com a melhor técnica legislativa, assim como fazer adaptações em relação à estilística.

Assim, a referida Emenda Substitutivo n. 1, pretende substituir a redação da proposição nos seguintes termos:

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Esta lei consolida a legislação sobre homenagens no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - São homenagens no Município de Belo Horizonte:

I - Medalha de Mérito Educacional de Belo Horizonte, tendo como patrona Helena Antipoff, observadas as seguintes determinações:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a) a medalha de que trata este inciso será concedida a personalidades que, por serviços prestados à educação, especialmente ao Sistema Municipal de Ensino, se tenham feito merecedoras da distinção;

b) a escolha dos agraciados, em número de 3 (três), anualmente, será feita por conselho composto pelas seguintes autoridades: prefeito de Belo Horizonte, representantes da Secretaria de Estado de Educação, do Conselho Estadual de Educação, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, dos secretários municipais de Educação - SME, Cultura, Turismo e Esportes - SMCTE, do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais - Sinep/MG, da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG - e do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro-MG;

c) a entrega das medalhas de que trata este inciso e dos respectivos diplomas será feita em sessão solene, em data a ser designada pelo conselho de que trata a alínea "b" do inciso I deste artigo;

II - Prêmio Destaque Turismo Juscelino Kubitschek, observadas as seguintes determinações:

a) o prêmio de que trata este inciso será concedido anualmente no Dia Mundial do Turismo, 27/9;

b) o prêmio de que trata este inciso será representado por um troféu;

c) o objetivo do prêmio de que trata este inciso será destacar aquele que melhor sobressair no setor de turismo durante o ano;

III - Ordem do Mérito Cívico de Belo Horizonte, observadas as seguintes disposições:

a) a distinção de que trata este inciso será conferida às pessoas e entidades que, comprovadamente, hajam contribuído, de maneira relevante, para o progresso e desenvolvimento do Município;

b) a distinção de que trata este inciso será entregue anualmente por ocasião do aniversário da cidade;

IV - Prêmio Cidade de Belo Horizonte, observadas as seguintes determinações:

a) o prêmio de que trata este inciso visa contemplar, além de literatura, projetos inéditos de criação e pesquisa na área de artes, filosofia e ciências humanas;

b) a Secretaria Municipal de Cultura, ou outro órgão que a venha substituir ou complementar, regulamentará o concurso;

c) o concurso terá caráter nacional e periodicidade anual;

d) para custear a organização e a divulgação do evento, a Prefeitura de Belo Horizonte poderá buscar patrocínio em empresas públicas e privadas;

V - Prêmio Grêmio Estudantil Cidadão, a ser conferido pelo Executivo, observadas as seguintes determinações:

a) o prêmio de que trata este inciso será conferido anualmente no mês de novembro;

b) será agraciado o grêmio estudantil que demonstrar melhor desempenho nas suas iniciativas sociais, culturais e políticas, no âmbito de sua comunidade escolar;

VI - Medalha Dona Helena Greco, a agraciar aquelas personalidades que se destaquem na promoção e defesa dos direitos humanos.

Art. 3º - Fica denominada Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima a Copa Centenário de Futebol Amador.

Art. 4º - São cidades-irmãs de Belo Horizonte:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I - Austin, no Estado do Texas, Estados Unidos da América;

II - Zahle, no Líbano;

III - Granada, na Espanha;

IV - Porto, em Portugal;

V - Minsk, capital da República da Bielorrússia;

VI - Belém, na Cisjordânia;

VII - Homs, na Síria;

VIII - Masaya, na Nicarágua;

IX - Fort Lauderdale, nos Estados Unidos da América;

X - Trípoli, capital da Líbia;

XI - Cuenca, no Equador;

XII - Tegucigalpa, capital de Honduras;

XIII - Newark, no Estado de Nova Jersey, Estados Unidos da América;

XIV - Lagos, na Nigéria.

Art. 5º - Fica o Executivo autorizado a realizar as seguintes ações:

I - construir o Monumento aos Fundadores e Construtores da Cidade de Belo Horizonte;

II - erigir, em praça pública, a herma do senador Júlio Bueno Brandão;

III - erigir um marco comemorativo do centenário de nascimento do presidente Augusto de Lima;

IV - colocar placa homenageativa ao ator Palmerim Silva no saguão do Teatro Francisco Nunes;

V - erigir um monumento em homenagem a Ary Barroso na Praça Raul Soares;

VI - construir o Monumento ao Professor, a ser colocado nas proximidades da antiga sede do Imaco, no Parque Municipal;

VII - afixar placa comemorativa em homenagem ao maestro Carlos Eduardo Prates no Teatro Francisco Nunes;

VIII - erigir, em praça pública, monumento comemorativo da Sagração Episcopal de Dom Antônio dos Santos Cabral;

IX - criar, no Município de Belo Horizonte, o Memorial do Presidente Tancredo Neves;

Art. 6º - Será colocado busto de Luiz de Camões em logradouro do Município. Art.

7º - O Município de Belo Horizonte fica declarado. I - Capital da Moda; II - BH Capital da Arte.

Art. 8º - Fica declarado patrimônio imaterial do Município de Belo Horizonte o nome Banda 14 Bis.

Art. 9º - Ficam revogadas as seguintes leis, que passam a integrar esta consolidação:

I - Lei nº 672, de 21 de dezembro de 1957;

II - Lei nº 719, de 11 de junho de 1958;

III - Lei nº 772, de 4 de abril de 1959;

IV - Lei nº 830, de 3 de junho de 1960;

V - Lei nº 1.111, de 2 de julho de 1964;

VI - Lei nº 1.120, de 6 de julho de 1964;

VII - Lei nº 1.199, de 27 de agosto de 1965;

VIII - Lei nº 1.234, de 8 de fevereiro de 1966;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*IX - Lei nº 1.362, de 25 de maio de 1967;
X - Lei nº 1.447, de 29 de janeiro de 1968;
XI - Lei nº 2.385, de 11 de dezembro de 1974;
XII - Lei nº 2.492, de 22 de julho de 1975;
XIII - Lei nº 2.967, de 31 de julho de 1978;
XIV - Lei nº 4.206, de 14 de outubro de 1985;
XV - Lei nº 4.574, de 15 de outubro de 1986;
XVI - Lei nº 4.926, de 18 de dezembro de 1987;
XVII - Lei nº 5.079, de 20 de abril de 1988;
XVIII - Lei nº 5.459, de 19 de dezembro de 1988;
XIX - Lei nº 5.909, de 18 de junho de 1991; XX - Lei nº 7.737, de 27 de maio de 1999; XXI - Lei nº 8.150, de 4 de janeiro de 2001;
XXII - Lei nº 8.272, de 26 de dezembro de 2001;
XXIII - Lei nº 8.443, de 25 de novembro de 2002;
XXIV - Lei nº 8.559, de 12 de maio de 2003;
XXV - Lei nº 8.591, de 18 de junho de 2003; XXVI - Lei nº 8.729, de 8 de janeiro de 2004;
XXVII - Lei nº 8.867, de 17 de junho de 2004;
XXVIII - Lei nº 9.156, de 12 de janeiro de 2006;
XXIX - Lei nº 9.239, de 28 de julho de 2006;
XXX - Lei nº 10.067, de 12 de janeiro de 2011;
XXXI - Lei nº 10.233, de 21 de julho de 2011;
XXXII - Lei nº 10.390, de 12 de janeiro de 2012;
XXXIII - Lei nº 10.405, de 12 de janeiro de 2012;
XXXIV - Lei nº 10.435, de 20 de março de 2012;
XXXV - Lei nº 10.491, de 22 de junho de 2012.*

Art. 10 - A instituição ou a modificação de homenagem no Município será feita por meio de alteração a esta lei.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único - As homenagens a que se referem o caput serão regulamentadas por decreto do Executivo.

A Emenda n. 2, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, é uma Emenda Aditiva que visa acrescentar parágrafo único ao Art. 2º do Projeto de Lei 922\2020 nos seguintes termos:

Parágrafo único - As homenagens a que se referem o caput serão regulamentadas por decreto do Executivo.

A Emenda n. 3, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, é uma Emenda supressiva que visa suprimir a alínea “a” do inciso V do Art. 2º, remunerando-se os dispositivos subsequentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 2º - São homenagens no Município de Belo Horizonte:

V - Prêmio Grêmio Estudantil Cidadão, a ser conferido pelo Executivo, observadas as seguintes determinações:

a) o prêmio de que trata este inciso será conferido anualmente no mês de novembro;

A Emenda n. 4, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, é uma Emenda supressiva que visa suprimir o Art. 8º, remunerando-se os dispositivos subsequentes.

Art. 8º - Fica declarado patrimônio imaterial do Município de Belo Horizonte o nome Banda 14 Bis.

A Emenda n. 5, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, é uma Emenda supressiva que visa suprimir a alínea “b” do inciso III do Art. 2º, remunerando-se os dispositivos subsequentes.

Art. 2º - São homenagens no Município de Belo Horizonte:

III - Ordem do Mérito Cívico de Belo Horizonte, observadas as seguintes disposições:

b) a distinção de que trata este inciso será entregue anualmente por ocasião do aniversário da cidade;

A Emenda n. 6, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, é uma Emenda supressiva que visa suprimir a alínea “a” do inciso II do Art. 2º, remunerando-se os dispositivos subsequentes.

Art. 2º - São homenagens no Município de Belo Horizonte:

II - Prêmio Destaque Turismo Juscelino Kubitschek, observadas as seguintes determinações:

a) o prêmio de que trata este inciso será concedido anualmente no Dia Mundial do Turismo, 27/9; - Prêmio Grêmio Estudantil Cidadão, a ser conferido pelo Executivo, observadas as seguintes determinações:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

No que se refere à Emenda Substitutivo n. 1, por se tratar de adequação realizada por essa Comissão de Legislação e Justiça, com vistas a se evitar eventuais ambiguidades no texto originário, concluo pela constitucionalidade.

A Emenda Aditiva n. 2 pretende acrescentar parágrafo único ao Art. 2º para que as homenagens de que trata o caput do artigo sejam regulamentadas por decreto do Poder Executivo. Segundo Parecer exarado pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, isso se deve ao fato de que *“A concessão de homenagens deve seguir parâmetros acordados com as classes homenageadas em cada caso, motivo pelo qual entendo que deva ser regulada por decreto do Poder Executivo, a partir das relações que este possui com as classes homenageadas.”* Sendo o Decreto um Ato Normativo secundário que possui natureza para conceder executoriedade e dar contorno à Lei, concluo pela constitucionalidade.

As Emendas supressivas n. 3, 4, 5 e 6, consistem basicamente na adequação do texto, com a supressão de dispositivos, e por isso não incorrem em violação às normas constitucionais.

Sendo assim, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade das Emendas n. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, ao Projeto de Lei n. 922/2020.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que as Emendas apresentadas estão de acordo com o ordenamento jurídico e não apresentam qualquer violação à legislação vigente sobre o tema, pelos mesmos motivos expostos no item da constitucionalidade.

De tal modo, entendo pela legalidade das Emendas n. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, apresentadas ao Projeto de Lei n. 922/2020.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas n. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, ao Projeto de Lei n. 922/2020.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, ao Projeto de Lei n. 922/2020.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

PROJETO DE LEI N. 149/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vêm à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, duas Emendas ao Projeto de Lei n. 149/2021, que “Altera a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 149/2021, de autoria do Vereador Léo, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 1 e 2, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda n. 1, apresentada pelo vereador Ciro Pereira, na condição de Relator da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, é uma Emenda Substitutiva que visa: (i) harmonizar o Projeto de Lei à sua justificativa; (ii) retirar o termo em “caráter de exceção” para que a normativa se ajuste aos princípios da livre concorrência e impessoalidade.

Assim, a referida Emenda Substitutiva n. 1, pretende substituir a redação da proposição, nos seguintes termos:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 149/2021
DATA. 29/11/2021
HORA. 14.02



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 149-A - Será admitida, quando observadas as previsões desta lei e regulamento, a comercialização de alimento em logradouro público, em trailer ou reboque.

A Emenda n. 2, também apresentada pelo vereador Ciro Pereira, na condição de Relator da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, é uma Emenda Aditiva que visa reconhecer os princípios do direito administrativo sancionador, em especial presunção de inocência do regulado, dosimetria, culpabilidade e tipicidade da conduta.

Assim, a referida Emenda Aditiva n. 2, pretende acrescentar ao Art. 307 da Lei n.º 8.616 de 14 de julho de 2003, o inciso I e o § 3º nos seguintes termos:

Art. 307. O cometimento de infração implicará a aplicação das seguintes penalidades:

I — advertência educativa;

§ 3º - A advertência educativa será sempre a primeira atuação da administração pública, nos casos em que o particular for primário ou ainda a infração não coloque em risco a incolumidade física dele ou de terceiros ou transtornos ao interesse público, devendo os agentes, sempre que possível, bem orientarem os regulados sobre suas obrigações.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

A Emenda Substitutiva n. 1 visa ampliar o escopo de aplicação da proposição ao promover a possibilidade do exercício de trabalho para todas as pessoas que estejam aptas a exercer esse tipo de comércio de acordo com as normas legais municipais. A retirada da frase “em caráter de exceção” serve para homenagear o princípio da livre concorrência que a República Federativa do Brasil enaltece na Constituição Federal.

A seu turno, a livre concorrência é um princípio constitucional, previsto no Art. 170, inciso IV da CF\88, que tem como pressuposto a concorrência justa, ou seja, aquela que não restringe ou limita a atividade econômica de maneira desigual. Como mandamento insculpido na Carta Política, é imprescindível que seja sempre resguardado, pois é graças a ele que os consumidores podem escolher e desfrutar dos bens e serviços que melhor lhe convierem, além de estimular os fornecedores a manterem os preços de seus produtos ou serviços em níveis economicamente adequados e de acordo com as leis de mercado.

Sendo assim, não vislumbro inconstitucionalidade na referida proposição

A Emenda Aditiva n. 2 visa estabelecer a advertência educativa como primeira forma de sanção administrativa, em caso de infração ao disposto no Código de posturas. Nas palavras do Vereador Ciro Pereira, autor da Emenda, a inclusão dessa segunda emenda visa “*dar conforto aos Agentes Públicos e aos Regulados que poderão coabitar um ambiente democrático de cooperação e de convergência de interesses*”. Neste ponto, observo que a sanção educativa é perfeitamente adequada para aplicação por parte dos servidores e agentes públicos.

Ademais, cumpre salientar que a introdução dessa sanção torna-se perfeitamente válida, ao passo que o caminho da construção cultural por intermédio da educação é dos mais profícuos no sentido de propiciar resultados substanciais e consistentes, o que não se faz apenas por meio de norma repressiva. Nessa esteira, Miguel Reale Júnior¹ aduz que: “*há regras de direito cujo objetivo imediato é disciplinar o comportamento dos indivíduos, ou as atividades dos grupos e entidades sociais em geral; enquanto que outras possuem um caráter*

1.REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 97.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

instrumental, visando a estrutura e funcionamento de órgãos, ou a disciplina de processos técnicos de identificação e aplicação de normas, a fim de assegurar uma convivência juridicamente ordenada”.

Sendo assim, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade das Emendas n. 1 e 2 ao Projeto de Lei n. 149/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que a Emenda apresentada está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresentam qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

De tal modo, entendo pela legalidade das Emendas n. 1 e 2 apresentadas ao Projeto de Lei n. 149/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas n. 1 e 2 ao Projeto de Lei n. 149/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 1 e 2 ao Projeto de Lei n. 149/2021.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 201/2021

Relatório

O Projeto de Lei nº 201/2021, que Dispõe sobre a acessibilidade da pessoa ostomizada a banheiro público ou de uso coletivo destinado a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, de autoria do Vereador Walter Tosta, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Tendo sido devidamente instruído com a legislação correlata e recebido pela Presidente, consoante despacho de recebimento, passo a emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a". do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de Lei determina que o banheiro público ou de uso coletivo destinado a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida deverá ser acessível à pessoa ostomizada, através da instalação de equipamentos adequados, seguindo as normas da ABNT.

Assim, após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucional, legal e regimental do Projeto em tela.

Da Constitucionalidade

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de Lei de acordo com os princípios e preceitos Constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 29/11/2021
HORA. 13:25:20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:

"Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

A constituição do Estado de Minas Gerais ratifica o entendimento em seu artigo 6º:

"Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o judiciário. Parágrafo único Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro."

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Não é possível que um poder ingresse na esfera de atuação do outro, invadindo as competências que lhe foram atribuídas. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

O legislador viola os princípios de proporcionalidade e razoabilidade ao impor comandos a Administração pública sem a devida demonstração da necessidade e sem a análise da possibilidade fática de implementação da medida. Alterar toda a legislação urbanística da cidade não se mostra a medida mais eficiente, uma vez que não há apresentação sequer dos dados da população ostomizada.

Ainda que a medida seja importante para garantia da saúde e dignidade da população ostomizada, a Administração Pública deve identificar os pontos em que é necessária a instalação dos equipamentos adaptados. Ao pretender alterar toda a orientação normativa para a cidade, viola também o princípio constitucional da eficiência da Administração Pública.

Assim, o projeto de lei é incompatível com o ordenamento constitucional por violação aos princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade e ao princípio da eficiência, positivado no art. 37 caput da CRFB de 1988.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Ainda, da análise do Projeto se verifica que o mesmo disciplinou assunto que se insere na competência legislativa privativa da União, isto é, legislou sobre Direito Civil ao criar empecilhos ao gozo do direito de propriedade, art. 5º, XXII, da Constituição Federal:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;"

Cabe esclarecer que edificações de uso coletivo são consideradas aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza. O Projeto ao prever em seu art. 1º que: "O banheiro público ou **de uso coletivo** destinado a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida deverá ser acessível à pessoa ostomizada.", adentra em matéria que diz respeito a propriedade privada, matéria cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do art. 22, I, da CF/88, violando-se o princípio constitucional da repartição de competências:

"Art. 22 Compete privativamente à União legislar sobre:

I - **direito civil**, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial é do trabalho;"

Assim, a instalação dos equipamentos mencionados exigidos pelo Projeto em sanitários localizados em edifícios de uso coletivo configuram em verdadeira ingerência do Legislativo Municipal em matéria de competência privativa da União.

Por todo o exposto conclui-se que proposta extrapola os limites de constitucionalidade, sendo portando o projeto inconstitucional.

Transposta esta etapa, passemos a análise da Legalidade.

Da legalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

O Projeto de Lei 201/21 ao determinar em seu art. 1º que acessibilidade de que trata o projeto deverá ocorrer mediante instalação de equipamentos adequados, acaba por criar despesa para o Município sem que tenha havido a indicação das fontes específicas de receita para tanto e a inclusão da ação na lei orçamentária anual, observando-se as regras dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17."

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento: tens adequação orçamentária e financeira com a lei Orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias".

Da análise feita, identificamos que o presente projeto, onera o erário sem a previsão das fontes suficientes para suportar o impacto financeiro-orçamentário, o que implica em afronta aos art. 15 e 16 da Lei Complementar Federal 101/2000.

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, entendo que o Projeto de Lei 201/2021 está em desacordo com a legislação infraconstitucional e o ordenamento jurídico vigente, manifestando pela ilegalidade do mesmo.

Da regimentalidade

No que tange à regimentalidade do Projeto de Lei nº 201/2021, verifico que fora instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, manifesto pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 201/2021.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2021.



Vereador Gabriel
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 219/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Walter Tosta que *Acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 10.142/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados em praças, parques, escolas e creches municipais, bem como em locais de diversão em geral abertos ao público"*.

A justificativa do autor encontra-se disposta na fl. de nº 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nºs 03/18.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 219/2021 acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 10.142 de 24 de março de 2011 com o intuito de estabelecer a proporção de brinquedos adaptados que devem conter os *playgrounds* instalados em jardins, parques, clubes, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, ainda que localizados em propriedade privada de uso público.

O autor justifica que a

Alteração do artigo art. 1º-A à Lei nº 10.142/2011 (...) tem como objetivo aumentar o número de brinquedos promover a inclusão social e a integração entre as crianças, promover a igualdade de acesso e de lazer no espaço público, vez que ela permite que crianças com deficiência não sejam privadas de usufruir praças,

parques, escolas e creches municipais, bem como em locais de diversão em geral abertos ao público.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

Não obstante a matéria estar em consonância com a competência municipal prevista no art. 30, I, da Magna Carta e no art. 171, I, da Carta Mineira, por tratar-se de "assuntos de interesse local", o Projeto de Lei nº 219/2021 encontra-se eivado de inconstitucionalidade, pois viola o princípio da harmonia e separação dos poderes, previstos no art. 2º da Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989).

Em que pese a nobre intenção do legislador, ao estabelecer a proporção de brinquedos adaptados que devem conter os *playgrounds* instalados em áreas de gestão do chefe do Executivo, o Projeto de Lei nº 219/2021 adentra em matéria da administração da cidade, o que vai de encontro com o art. 66, III, f, da Constituição Estadual.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para criar atribuições e obrigação no âmbito municipal são privativas do Prefeito.

Urge ressaltar que a matéria pertinente ao Projeto de Lei nº 219/2021 encontra-se previsto em legislação infraconstitucional conforme se dispõe abaixo.

Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. No mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos locais referidos no caput devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. (Redação dada pela Lei nº 13.443, de 2017)

Lei Estadual nº 17.785 de 23 de setembro de 2008.

Art. 5º-A – O espaço para recreação existente em área de lazer aberta ao público disporá de equipamentos e brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Lei Municipal 10.142 de 24 de março de 2011.

Art. 1º - Os playgrounds instalados em jardins, parques, clubes, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, ainda que localizados em propriedade privada de uso público, deverão conter brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

Observa-se, no entanto, que o autor do projeto em apreço extrapola os limites da legislação disposta e inova em matéria que não é de sua competência afrontando a Constituição Federal.

Portanto, mesmo reconhecendo a louvável iniciativa do nobre vereador, a proposta em análise usurpa a competência do chefe do Executivo Municipal, padecendo de inconstitucionalidade formal.

2.2 Da Legalidade e Da Regimentalidade

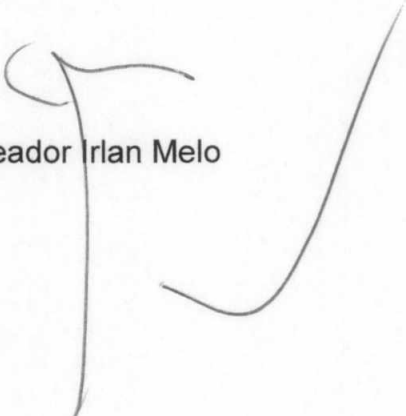
Tendo em vista a conclusão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 219/2021, resta prejudicada a análise da legalidade e regimentalidade.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 219/2021.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2021


Vereador Irlan Melo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 221/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 221/2021, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que “Dispõe sobre a obrigação dos condomínios residenciais e comerciais de comunicarem aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos aos animais”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir que “Os condomínios residenciais e comerciais localizados no Município, representados por seus síndicos ou administradores, devidamente constituídos, ficam obrigados a comunicar às autoridades policiais a ocorrência de maus-tratos aos animais domésticos, domesticáveis e da fauna silvestre ou exótica em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns”.

Como justificativa, expõe que “a proposta se justifica ante ao mandamento constitucional de ser obrigação de todos envidarem esforços para defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, por este também se inclui o necessário cuidado aos animais”.

Após breve explanação do mérito, passo à análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico. Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e sobretudo cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 23, VII e art. 225, § 1º, VII da Constituição da República:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade."

Outrossim, o projeto veicula matéria de típico interesse local, inserida, portanto, na competência legislativa do Município, sendo que no que se refere à proteção do meio ambiente, é cediço que o Município detém competência legislativa suplementar para legislar sobre o tema, com respaldo no artigo 30, I e II, da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu, recentemente, que "o Município tem competência para legislar sobre meio ambiente e controle da poluição, quando se tratar de interesse local" (RE 194.704/MG). Dito de outro modo, o Município é competente para legislar sobre o meio ambiente concorrentemente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal) (STF. RE 586.224.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Repercussão geral. Tema 145. J. 09.03.2015).

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 221/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, nos termos a seguir expostos.

Embora honrosa a proposição, tendo em vista que a preocupação com os maus-tratos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aos animais vem ganhando importância e relevância maior a cada dia em nossa sociedade, observo que a presente proposição peca ao obrigar a comunicação às autoridades competentes por síndicos, à medida que a atribuição desse encargo implica em afronta a vários dispositivos da normativa federal brasileira, sobretudo do Código de Processo Penal e do Código Civil.

Nessa perspectiva, colaciono alguns dispositivos do CPP que confirmam essa afirmação, a saber:

Art. 5º. Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

§3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

Art. 6º. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I- dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Com efeito, ao se combinar os artigos 5º, §3º, Art. 6º, Art. 27 e Art. 301 do Código de Processo Penal, percebe-se de forma reiterada que há para o particular a faculdade, não a obrigação, de comunicar a existência de infração penal, ao passo que para determinados agentes há o dever legal ou funcional de agir nos casos em que são praticados crimes dessa natureza.

Lembro mais uma vez que a proposição dispõe acerca de uma obrigatoriedade de um particular participar ativamente de uma etapa da persecução penal, o que não recebe acolhida no ordenamento jurídico pátrio. Esse múnus é atribuído e dirigido à autoridade policial, que por meio do inquérito policial, terá os instrumentos necessários para verificar se houve a prática de alguma atividade delituosa.

De mais a mais, o Código Civil disciplina os direitos e deveres que deverão ser atribuídos aos síndicos. O candidato eleito ao assumir essa função será um representante legal do condomínio, tendo como obrigação atuar em sua administração, seja para realizar cobranças, pagamento de despesas, contratar fornecedores de serviços e outras atribuições, dentre as quais não constam a obrigatoriedade de reportar possíveis práticas de crime.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Art. 1348 do Código Civil traz na íntegra a lista de deveres do síndico, a saber:

Art. 1348. Compete ao síndico:

- I- convocar a assembleia dos condôminos;*
- II- representar, ativa e passivamente, o condomínio, praticando, em juízo ou fora dele, os atos necessários à defesa dos interesses comuns;*
- III- dar imediato conhecimento à assembleia da existência de procedimento judicial ou administrativo, de interesse do condomínio;*
- IV- cumprir e fazer cumprir a convenção, o regimento interno e as determinações da assembleia;*
- V- diligenciar a conservação e a guarda as partes comuns e zelar pela prestação dos serviços que interessem aos possuidores;*
- VI- elaborar o orçamento da receita e da despesa relativa a cada ano;*
- VII- cobrar dos condôminos as suas contribuições, bem como impor e cobrar as multas devidas;*
- VIII- prestar contas à assembleia, anualmente e quando exigidas;*
- IX- realizar o seguro da edificação.*
- §1º- Poderá a assembleia investir outra pessoa, em lugar do síndico, em poderes de representação.*
- §2º- o síndico pode transferir a outrem, total ou parcialmente, os poderes de representação ou as funções administrativas, mediante aprovação da assembleia, salvo disposição em contrário da convenção.*

Como visto, a inclusão de novas obrigações voltadas para a figura do síndico deve ser acrescida por meio de mudança legislativa das normas que regem o Código Civil, pelo Congresso Nacional, ou ainda, por meio da aprovação normativa que cabe a cada unidade condominial realizar dentro das respectivas assembleias de moradores ou proprietários frações em imóveis comerciais.

De tal modo, por contrariar Leis Federais de natureza penal e civil entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 221/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 221/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 221/2021.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernanda'.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 223/2021
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Vereadora Duda Salabert que *Reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais - Libras no Município de Belo Horizonte*.

A justificativa da autora encontra-se nas fls. 02/03.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 04/09.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 223/2021, em suma, busca reconhecer oficialmente a Língua Brasileira de Sinais – Libras –, e outros recursos de expressão a ela associados, como língua de instrução e meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda no município de Belo Horizonte.

A autora justifica a medida com os seguintes argumentos:

A Libras é reconhecida como língua nas seguintes capitais: Rio de Janeiro (Lei 3.195/1999); São Paulo (Lei 13.3014/2002); Fortaleza (Lei 10.571/2017); Curitiba (Lei 15.823/2021); Rio Branco (Decreto 890/204). O reconhecimento da Libras na cidade de Belo Horizonte garantirá a implementação de políticas voltadas ao direito linguístico e de acessibilidade dos surdos e surdocegos nas esferas da saúde, educação, cultura e lazer.

A Câmara Municipal como espaço de edificação de políticas que resguardam e valorizam o direito dos cidadãos belo-horizontinos

deve promover e assegurar a prerrogativa dos surdos de terem sua língua reconhecida e respeitada

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

Quanto à competência, importante destacar que a Magna Carta de 1988 dispõe, no artigo 30, inciso I, que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local. No mesmo sentido disciplina o art. 171, I, da Carta Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

No que diz respeito à temática, a Constituição Federal atribui competência comum à União, ao Estado e ao Município. *In verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Não se evidencia, ainda, vício no Projeto de Lei nº 223/21 quanto à sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, afigura-se adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pela legisladora.

2.2 Da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Cumprе destacar, em princípio, que o projeto de Lei em apreço suplementa as legislações já existentes sobre o tema, em especial as leis nºs 10.436 de 2002 (que dispõe sobre a Língua Brasileira de sinais – Libras) e 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com deficiência).

Ressalta-se ainda que a Lei nº 10.436 de 2002 estabelece em seu art. 1º o reconhecimento da Libras e de outros recursos de expressão a ela associada como meio legal de comunicação e expressão.

Por sua vez, o Estatuto da Pessoa com Deficiência apresenta diversos dispositivos que reforçam a obrigatoriedade do Poder Público assegurar e incentivar a acessibilidade por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Ademais a Lei nº 10.379 de 1991, do Estado de Minas Gerais, reconhece oficialmente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

Por fim, a legislação municipal, por meio das leis 8.007/2000, 9.078/2005, 9.139/2006, 10.856/2015, 11.171/2019, 11.297/2021, busca resguardar a inclusão das pessoas com deficiências sensoriais auditivas.

Não se observa, portanto, conflito da proposição em apreço com a legislação infraconstitucional pertinente ao tema.

Cumpra ainda notar que o Projeto inova no ordenamento ao dispor sobre o reconhecimento da Libras, e outros recursos de expressão a ela associados, não só como meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda, mas, também, como língua de instrução.

O Projeto inova, ainda, ao estabelecer o reconhecimento oficial da Libras no âmbito do município de Belo Horizonte.

O Projeto de Lei nº 223/2021, dessarte, está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado da legalidade e da juridicidade

2.3 Da Regimentalidade

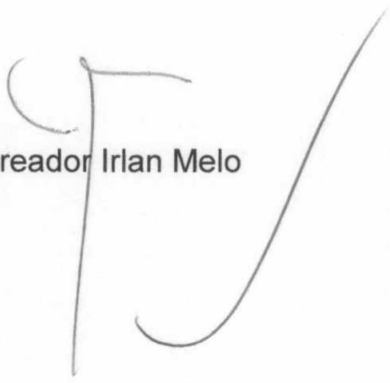
Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 223/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 223/2021.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2021.



Vereador Irlan Melo



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 852/19

Relatório

O Projeto de Lei nº 852/19, que “Autoriza o Município a receber em doação, com encargo, imóveis de propriedade da União”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 852/19.

XX-Diret. Legislativa-26-Nov-2021-14:15-003488-1/2



PROJETO DE LEI Nº 852/19

Autoriza o Município a receber em doação, com encargo, os imóveis de propriedade da União que especifica.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a receber os imóveis de propriedade da União situados na Rua Padre Eustáquio, nº 1.951, no Bairro Padre Eustáquio, constituídos pelos lotes nº 01 a nº 13 do quarteirão nº 06 da Vila Santos Dumont, com todas as suas benfeitorias e instalações, registrados sob o nº 12.407, Livro 3-J, fls. 283, Av-253 e 262, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte.

Parágrafo único - A doação dos imóveis a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à instalação de unidades de saúde.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 11 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 903/19

Relatório

O Projeto de Lei nº 903/19, que “Dispõe sobre a gratuidade na utilização dos transportes coletivos urbanos às crianças de até 5 (cinco) anos de idade”, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, foi aprovado pelo Plenário, na forma da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 (substitutivo), e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 903/19.



PROJETO DE LEI Nº 903/19

Dispõe sobre a gratuidade na utilização do transporte coletivo urbano às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - As crianças de até 5 (cinco) anos de idade terão direito à gratuidade na utilização do transporte coletivo urbano, observadas as disposições desta lei.

Art. 2º - Para ter acesso à gratuidade, a criança de até 5 (cinco) anos de idade, desde que não esteja situada no colo do responsável, deverá apresentar documento de identificação de caráter oficial que faça prova de sua idade e que contenha sua identificação visual ou certidão de nascimento.

Parágrafo único - Para transposição da roleta, a criança beneficiária de gratuidade deverá apresentar o Cartão BHBUS Benefício a que faz jus, além do documento de identidade de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º - A permissão expressa no art. 1º desta lei refere-se aos acessos nas estações do Move ou similares, ou diretamente nos ônibus e na rede suplementar do transporte coletivo de Belo Horizonte.


Art. 4º - A forma de operacionalização do fornecimento de Cartão BHBUS Benefício, previsto no parágrafo único do art. 2º desta lei, será definida em regulamentação própria.

Art. 5º - Para eventuais custos decorrentes da aplicação desta lei, poderão ser utilizados recursos do Fundo Municipal de Melhoria da Qualidade e Subsídio ao Transporte Coletivo - FSTC, do Fundo Municipal de Transportes Urbanos e das dotações orçamentárias previstas para a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, na forma do regulamento desta lei.

Art. 6º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 11 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça **Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 186/21**

Relatório

O Projeto de Lei nº 186/21, que “Dá o nome de Rua República Socialista do Vietnã à Rua Dois Mil Cento e Sessenta e Quatro, no Bairro Jardim Atlântico”, de autoria do vereador Irlan Melo, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 186/21.

2021-11-26 14:15:003489-1/2



PROJETO DE LEI Nº 186/21

Dá o nome de República Socialista do Vietnã à
Rua 2164, no Bairro Jardim Atlântico.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada República Socialista do Vietnã a Rua 2164, código 305030, no Bairro Jardim Atlântico.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 11 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 195/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 195/21, que “Dá o nome de Elisa de Castro Tito à Praça sem nome, no Bairro Castelo”, de autoria do vereador Bruno Miranda, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais e a padrões deste Legislativo. De acordo com o Mapa 27 do Anexo I da Lei nº 9.691/09 (fl. 9 do projeto), corrigiu-se o nome do bairro em que se situa a praça a ser nomeada (Bairro Conjunto Celso Machado). As alterações promovidas não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado nem a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 195/21.

TR: Di. Lei. Legislativa-26-Nov-2021-14:14-003487-1/2



PROJETO DE LEI Nº 195/21

Dá o nome de Elisa de Castro Tito a praça sem nome no Bairro Conjunto Celso Machado.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Elisa de Castro Tito a praça sem nome localizada na confluência das ruas Brasilândia, Abatia, Cascatinha e Santana da Vargem, código de logradouro 079433, no Bairro Conjunto Celso Machado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 11 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 202/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 202/21, que “Dispõe sobre o mês Municipal de Combate aos maus tratos e abandono de animais no Município de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Miltilino CGE, foi aprovado por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações à norma gramatical e à técnica legislativa, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 202/21.

2021-01-26 14:16-003490-1/2



PROJETO DE LEI Nº 202/21

Institui o Dezembro Verde, dedicado a combater os maus-tratos e o abandono de animais e a promover a sua adoção e a sua posse responsáveis.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Belo Horizonte, o Dezembro Verde, dedicado a combater os maus-tratos e o abandono de animais e a promover a sua adoção e a sua posse responsáveis.

Parágrafo único - O símbolo do Dezembro Verde será um laço na cor verde.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 11 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO